

Política de Proteção de Dados Pessoais

A *Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico*, associação de direito privado e sem fins lucrativos, constituída em 6/09/2007, com o NIPC 507 709 705, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, n.º 52, 6250-086 Belmonte, na qualidade de *Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais*, vem apresentar a todos quanto visitam este website ou outros serviços e produtos digitais das *Aldeias Históricas de Portugal*, e nos fornecem dados pessoais, a sua **Política de Proteção de Dados Pessoais**.

É que o desenvolvimento da atividade da Associação obriga, num mundo cada vez mais globalizado, tecnológico, digital e interativo, à recolha de alguns dados pessoais dos Seus clientes, parceiros, associados, fornecedores, etc., o que implica a sua gestão e cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). Por outro lado, o cumprimento de regras legais, nomeadamente de contratação pública, a que a Associação está obrigada, implica igualmente a recolha de dados pessoais. Por fim, a interação cada vez mais frequente com os utilizadores do nosso website, aplicações, produtos e serviços implica, igualmente, nalguns casos, a recolha de informações pessoais do utilizador por forma a usufruir de todos os serviços das Aldeias Históricas de Portugal.

Enfim, pretendemos que fique a conhecer e a compreender que dados pessoais recolhemos, como e por que motivo os usamos, a quem os divulgamos e como protegemos a sua privacidade quando utilizam os nossos serviços ou visitam o nosso site ou quando acedem noutros sites a informação “nossa”.

I. O RGPD

A proteção de dados pessoais ganhou nova alma com o *Regulamento Geral de Proteção de Dados* (RGPD) - Regulamento (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 27 de abril de 2016 – e as novas exigências dele decorrentes, o qual visa compatibilizar a necessidade que a sociedade tem de recolher, tratar e trocar dados pessoais, muitas vezes no interesse da pessoa a quem respeitam, com a privacidade do titular dos dados de forma mais imediata e eficiente.

O Regulamento é relativo à proteção das **peçoas singulares**, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

II. Conceitos

- a) **Dados Pessoais:** qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (é considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social);
- b) **Dados genéticos:** dados pessoais relativos às características genéticas, hereditárias ou adquiridas, de uma pessoa singular que deem informações únicas sobre a fisiologia ou a saúde dessa pessoa singular e que resulta designadamente de uma análise de uma amostra biológica proveniente da pessoa singular em causa;
- c) **Dados biométricos,** dados pessoais resultantes de um tratamento técnico específico relativo às características físicas, fisiológicas ou comportamentais de uma pessoa singular que permitam ou confirmem a identificação única dessa pessoa singular, nomeadamente imagens faciais ou dados dactiloscópicos;
- d) **Dados relativos à saúde,** dados pessoais relacionados com a saúde física ou mental de uma pessoa singular, incluindo a prestação de serviços de saúde, que revelem informações sobre o seu estado de saúde.

A Associação tem uma estrutura pequena e recolhe poucos dados pessoais (e não recolhe, à partida, quaisquer dados genéticos, biométricos ou relativos à saúde), mas sempre que tem necessidade de o fazer procura respeitar as melhores práticas em matéria de segurança e proteção de dados pessoais, designadamente quando tem de publicitar contratos. Por outro lado, a utilização e navegação, no nosso website, eventual preenchimento de formulários e

fornecimento de dados, direta ou indiretamente, implicam o conhecimento e aceitação das condições desta Política de Proteção, para o bem de todos.

III. Responsável pelo tratamento

A Associação Aldeias Históricas de Portugal (AHP) recolhe dados pessoais por imposição legal, no cumprimento de obrigações que decorrem expressamente da lei e determina as finalidades e meios de tratamento dos dados, sendo para o efeito considerada a entidade *responsável pelo tratamento*, nos termos do RGPD, nomeadamente quando procede à publicação nas Plataformas Eletrónicas de Contratação Pública e no Portal BASE.

IV. Forma de tratamento

Os dados pessoais (Dados) são tratados manualmente, ficando guardados em arquivo especialmente criado para o efeito colocado em local de acesso restrito e sendo consultado apenas pelo profissional autorizado a esse acesso, quando estritamente necessário.

Os Dados são ainda tratados de forma automatizada em ficheiros criados para o efeito com acesso restrito e sendo consultados apenas pelo profissional autorizado a esse acesso, quando estritamente necessário.

Os Dados que constam dos documentos resultantes de procedimentos de contratação pública, bem como dos respetivos contratos celebrados, serão disponibilizados nos termos legais nas plataformas eletrónicas de contratação pública, junto das entidades legalmente competentes para a gestão e processamento de fundos comunitários ou de outras entidades públicas, com respeito pelo RGPD, nos termos abaixo indicados.

V. Finalidades de tratamento

Os dados pessoais maioritariamente recolhidos (sobretudo dados de identificação e contactos) pela Associação AHP têm por finalidade o cumprimento de obrigações legais e regras de contratação pública, estabelecidas designadamente no Código dos Contratos Públicos e legislação

complementar, bem como a tramitação e publicação nas plataformas eletrónicas de contratação pública dos procedimentos de formação dos contratos, celebração e execução dos mesmos, na qualidade de entidade adjudicante. A Associação AHP recolhe e trata, também, os dados pessoais necessários para a prossecução dos seus fins e prestação dos seus serviços e/ou subscrição de funcionalidades, produtos e serviços, designadamente, no seu website, bem como para efeitos de cumprimento de certas obrigações, designadamente, no âmbito de fiscalização, auditoria ou apresentação de informação a entidades públicas, judiciais, fiscais, policiais ou outras, nos termos da lei. Por fim, os demais interlocutores (turistas, clientes, fornecedores, associados, etc.) poderão, igualmente, disponibilizar à Associação os seus dados pessoais para outras finalidades.

Em princípio a Associação AHP não recolhe dados pessoais de menores de 16 anos, mas se o fizer, tal implicará sempre a prévia autorização (consentimento) dos respetivos responsáveis parentais.

É, pois, sobretudo no âmbito da **Contratação Pública**, a que a Associação das Aldeias Históricas de Portugal está adstrita, enquanto entidade adjudicante, que a recolha de dados pessoais é obrigatória, pelo que a comunicação de dados acima identificados constitui, pois, uma obrigação legal e contratual, sendo um requisito necessário à celebração e execução dos **contratos públicos**, bem como para o cumprimento de obrigações legais por parte do Responsável pelo Tratamento. Por outro lado, consubstancia uma formalidade essencial no âmbito de **Fundos Comunitários** e afins, pelo que a comunicação às entidades legalmente competentes nesta matéria constitui, igualmente, uma necessidade e obrigação legal.

VI. Fundamento do Tratamento

O Responsável pelo Tratamento pode tratar dados desde que se verifique nomeadamente um dos seguintes fundamentos:

- a) No âmbito da celebração de um contrato no qual o titular dos dados é parte ou representante legal do contraente ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados;

- b) O tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito;
- c) O tratamento for necessário para a defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular;
- d) O tratamento for necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

Apenas são recolhidos os dados pessoais **estritamente necessários** ao cumprimento de obrigações legais e das finalidades para os quais forem recolhidos, os quais constarão de documentos, registos, contratos, declarações, requerimentos, relatórios, formulários, cartões e outros suportes que se revelem necessários à prossecução da atividade das *Aldeias Históricas de Portugal* e à formação e execução dos contratos públicos, os quais são publicados nas plataformas de contratação pública nos termos legais e dados a conhecer às entidades públicas legalmente competentes.

Ainda no âmbito do interesse legítimo da Associação, os seus dados poderão ser tratados pelas empresas responsáveis pela Gestão de Sistemas de Software, uma vez que é responsabilidade da mesma a manutenção e correção de anomalias técnicas, atualização de sistemas operativos e de aplicativos, execução de cópias de segurança e resolução de problemas e incompatibilidades, instalação de novos programas, configurações e monitorização, entre outros. Assim, a gestão de sistemas de software representa um interesse legítimo da Associação AHP, o qual não poderá ser prosseguido sem que seja facultado o acesso aos sistemas que contêm dados pessoais dos seus clientes, co-contratantes ou seus representantes. Também as entidades responsáveis pelos sistemas de software de gestão, faturação, contabilidade e de recursos Humanos, poderão ter acesso aos seus dados, nos mesmos termos. Como garantia de que o tratamento dos dados pessoais efetuados por parte destas empresas subcontratadas não implica a violação dos direitos e liberdades fundamentais do titular foram exigidas garantias da execução de medidas técnicas e organizativas que assegurem a defesa dos direitos dos titulares dos

dados, bem como o cumprimento da legislação nacional e internacional relativa à proteção de dados pessoais.

VII. Comunicação a Terceiros

Os seus dados pessoais podem ser disponibilizados a terceiros, nomeadamente para efeitos de cumprimento de obrigações legais e no âmbito de fiscalização, auditoria ou apresentação de informação a entidades públicas, judiciais, fiscais, policiais ou outras, nos termos da lei, as quais oferecem garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de forma que o tratamento se faça nos termos da lei, designadamente do RGPD, pois estão, da mesma forma, sujeitos aos mesmos deveres de conservação e utilização dos Dados Pessoais cedidos.

Em especial, os dados recolhidos e tratados no âmbito dos contratos públicos celebrados com a Associação AHP poderão ser transmitidos na estrita medida da necessidade e no cumprimento de obrigações legais, nomeadamente às seguintes entidades:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C);
- Portal BASE;
- Aos organismos da Segurança Social e da Autoridade Tributária;
- Ao IMPIC;
- Empresa responsável pelo programa de gestão e faturação (softwares), no âmbito dos interesses legítimos da Associação AHP;
- Empresa responsável pela Gestão de Sistemas de Software, no âmbito dos interesses legítimos da Associação AHP.
- A instituições bancárias, nomeadamente para efeitos de transferência de quantias devidas no âmbito da execução do contrato de que é parte o Titular de Dados ou a instituição que representa;
- A Entidades judiciais, fiscais, policiais, agentes de execução, ou outras entidades públicas quando para tanto seja a Associação AHP notificada para o efeito nos termos da lei;
- À Comissão Nacional de Proteção de Dados, nos termos da lei.

- Às empresas e entidades com quem a Associação AHP se relacione no âmbito da prossecução do seu objeto estatutário, na medida do estritamente necessário.

A **Associação AHP** poderá ainda transmitir ou comunicar os dados pessoais recolhidos às entidades com quem mantém relações comerciais ou institucionais, para cumprimentos de obrigações contratuais ou interesses legítimos.

De qualquer forma, em todos os casos, a Associação AHP compromete-se a tomar medidas para garantir a proteção efetiva dos dados pessoais que trata e/ou transmite a terceiros.

VIII. Publicitação dos contratos no Portal BASE

A Associação AHP cumpre integralmente o disposto na Lei e segue as indicações do IMPIC a este respeito, especialmente, no que tange o envio dos elementos contratuais para o Portal BASE.

Assim, porque as entidades adjudicantes devem, obrigatoriamente, publicitar no Portal Base os elementos referentes à formação dos contratos públicos, nos termos definidos legalmente, e tendo em conta, como consta supra, que “*Dados Pessoais*” é toda a informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados») e que é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular, a Associação AHP antes de enviar os contratos para publicação expurga-os de todos os dados pessoais dos respetivos intervenientes (designadamente os relativos aos números de identificação civil e fiscal, ao estado civil, à residência, etc.), com exceção da identificação do contraente público e do cocontratante.

IX. Prazo de conservação

A Associação AHP, sempre que não exista uma exigência legal específica que obrigue a um determinado prazo de conservação, não manterá os seus dados pessoais por mais tempo do que o necessário para cumprir a finalidade para a qual foram recolhidos.

Para determinar o prazo de conservação adequado, consideramos a quantidade, a natureza e a sensibilidade dos dados pessoais e os fins para os quais foram recolhidos. Quando os seus dados já não forem necessários, serão eliminados em segurança.

Existem, no entanto, requisitos legais que obrigam a conservar os dados por um determinado período de tempo, caso em que os seus dados serão guardados pelo prazo necessário e legalmente exigível, como acontece para efeitos de fiscalização de Fundos Comunitários, de Contratação Pública, de obrigações fiscais e outras legalmente previstas.

X. Direitos

Na qualidade de Titular de Dados tem o direito de **pedir o acesso** aos seus dados, **retificação ou apagamento**, bem como a **limitação do tratamento ou oposição** ao tratamento (com exceção dos dados estritamente necessários para a prestação do serviço) e **portabilidade dos dados**, nos casos e termos previstos na Lei, devendo para tanto exercer qualquer desses direitos usando para o efeito os seguintes contactos: email: info@aldeiashistoricasdeportugal.com; telefones: 275 913 395 ou pessoalmente nas instalações da Associação AHP, identificadas neste website.

Tem ainda, caso seja o caso, o direito de **retirar o seu consentimento** a todo o tempo, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado para cumprimento de obrigações legais e/ou com base no consentimento previamente dado, usando para o efeito as formas acima referidas.

Sem prejuízo da utilização de qualquer outra meio administrativo ou judicial, pode apresentar uma **reclamação** à autoridade de controlo, CNPD - Comissão Nacional de Proteção de Dados, no respetivo sítio da Internet:

https://www.cnpd.pt/bin/duvidas/queixas_frm.aspx ou dirigindo a queixa para a CNPD sita Av. D. Carlos, 134 – 1º, 1200-651 em Lisboa - Tel: +351 213928400 - Fax: +351 213976832 - e-mail: geral@cnpd.pt.

XI. Segurança: medidas Técnicas e Organizativas de Segurança

A Associação AHP trata os seus Dados Pessoais de forma sigilosa e confidencial, implementando as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos Dados Pessoais, no momento de definição dos meios de tratamento como no momento do próprio tratamento.

Compromete-se ainda a assegurar que, por defeito, só sejam tratados os dados que forem necessários para cada finalidade específica do tratamento e que esses dados não sejam disponibilizados a terceiros, nem acedidos por pessoas não autorizadas.

XII. Cookies e outras tecnologias de rastreio

Para mais informações sobre cookies no website da Aldeias Históricas de Portugal, consulte a [Política de Cookies e outras Tecnologias de Rastreio](#).

XIII. Contactos

Para mais informações sobre o tratamento dos seus dados pessoais, bem como quaisquer questões relacionadas com o exercício dos direitos que lhe são atribuídos pela legislação aplicável, poderá contactar o Encarregado de Proteção de Dados (“DPO”) da Associação AHP, através dos seguintes contactos: email: info@aldeiashistoricasdeportugal.com; telefones: 275 913 395 pessoalmente nas instalações da Associação AHP, identificadas neste website.

XIV. Lei aplicável

É aplicável o Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e a legislação e regulamentação aplicáveis em Portugal.

XV. Alterações à Política de Proteção de Dados Pessoais

A Associação AHP reserva-se o direito de alterar, a todo o momento, a sua Política de Proteção de Dados Pessoais.

Política de Proteção de Dados Pessoais revista em Maio de 2018

Contactos Úteis:

- Comissão Nacional de Proteção de Dados: <https://www.cnpd.pt/>
- Comité Europeu de Proteção de Dados (CEPD)/EDPB: https://edpb.europa.eu/edpb_pt
- Autoridade Europeia de Proteção de Dados (AEPD)/EDPS: <https://edps.europa.eu/>
- The EU General Data Protection: <https://eugdpr.org/>
- Comissão Europeia (Proteção de Dados): https://ec.europa.eu/info/law/law-topic/data-protection_en
- Conselho da Europa (Proteção de Dados): <https://www.coe.int/en/web/data-protection/home>